

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

RESUMO:

DECRETOS SOBRE O ENSINO MILITAR: PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Regiane Aparecida Pontes Botelho Nogueira
Doutoranda-Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói)
E-mail: regianeapb@gmail.com
Thiago Machado Souza
Mestrando-Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói)
E-mail: tsouzahistoriacmrj@gmail.com

O presente estudo parte da premissa que os decretos que regularam o ensino militar ao longo da primeira metade do século XX fizeram parte de um projeto político militar que tinha como um dos objetivos formar uma nova elite militar, no Exército brasileiro, alinhada aos interesses de construção de uma “nova” sociedade brasileira. O trabalho abordará as propostas de regulamentos de ensino militar articuladas à política de modernização do Exército brasileiro, nos anos iniciais da Primeira República até o período do Estado Novo (1937-1945) com Getúlio Vargas.

Palavras-chave: Ensino militar, Exército brasileiro, Getúlio Vargas.

DECRETOS SOBRE O ENSINO MILITAR: PROFISSIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO.

Regiane Aparecida Pontes Botelho Nogueira
Doutoranda-Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói)
Bolsista CAPES
E-mail: regianeapb@gmail.com
Thiago Machado Souza
Mestrando-Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói)
E-mail: tsouzahistoriacmrj@gmail.com

Após a Proclamação da República, cresceu nas autoridades do governo provisório, uma preocupação do futuro da nossa nacionalidade e de como forjar uma identidade, com novos símbolos nacionais e um *ethos* republicano. Dentro desta perspectiva, as Forças Armadas, em especial o Exército brasileiro (EB), viu-se imbuído da preocupação em resolver as demandas desta parcela da sociedade, que se tornavam bastante evidentes a partir do término do conflito com os paraguaios, e nos pontos específicos do recrutamento e da profissionalização da carreira das armas.

No período compreendido entre os anos iniciais da República e o governo do “Estado Novo”, com Getúlio Vargas no protagonismo, o Exército estava alinhado aos interesses políticos e ao viés cientificista, que tinham por ideal a constituição de uma Nação. Os decretos de ensino, tanto os referentes ao ensino nos Colégios Militares

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(voltados ao ensino secundário). E considerados preparatórios às Escolas Militares (voltada à formação dos oficiais¹) são fruto das demandas profissionalizantes. Haja vista, que a “carreira militar não era escolha preferida da elite civil (CARVALHO, 1977, p. 203), ou seja, essa ânsia de modernização tinha por objetivo tornar a vida militar atrativa aos filhos da elite brasileira. Mudar a perspectiva que a vida castrense seria um sistema correção de “desvirtuados” ou um regime semi-prisional. Já a profissionalização, tinha por objetivo transformar o exército de oficiais “doutores”, em profissionais dedicados ao aperfeiçoamento das ciências militares, vulgarmente chamado pelos doutores de “tarimbeiros” (RODRIGUEZ, 2001, p. 246), derivado da tarimba, ripa de madeiras onde os militares dormiam no serviço ou no campo de batalha, designava os oficiais que não frequentaram as escolas superiores militares, vinham desde soldado e chegava ao oficialato pelos serviços prestados na guerra, em especial a do Paraguai, o Marechal Deodoro da Fonseca era jocosamente chamado assim. Referia-se também aos oficiais mais rudes e grosseiros, diferente dos “doutores” formados na Escola Militar da Praia Vermelha.

O presente artigo trabalha com as seguintes hipóteses:

- Que havia uma política de modernização no Estado Novo implementada no Exército em sintonia com o ideal de construção de um novo homem;
- O Colégio Militar e a Escola Militar foram locais para seleção de “melhores” candidatos dentro da perspectiva de formação de uma nova elite militar;
- Que a formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro, iniciada no Colégio Militar do Rio de Janeiro, recebeu influência das teorias científicas que estabeleciam parâmetros de hierarquia social e étnica entre os diversos grupos.

Fica visível que durante as quatro primeiras décadas ocorreram inúmeras reformas dentro do Exército brasileiro, visando uma adequação dentro dos novos

¹ Postos na hierarquia militar, conferidos aos integrantes das Forças Armadas, por ato do Presidente da República ou do Ministro de Força Singular e confirmado em Carta Patente. BRASIL. Lei nº 6.880, de nove de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos militares**, §1º, Art. 16.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

parâmetros estabelecidos pelo Estado, a forja de um novo conceito de nação brasileira, buscando sublimar seu passado imperial e de ligação com os Bragança. Conforme observamos abaixo, foram realizados inúmeros decretos que tinham os seguintes escopos:

Referentes à Escola Militar

- BRASIL, **DECRETO Nº 16.394**, de 27 de Fevereiro de 1924. Aprova o regulamento para a Escola Militar.
- BRASIL, **DECRETO Nº 18.713**, de 25 de Abril de 1929. Aprova o Regulamento da Escola Militar.
- BRASIL, **DECRETO Nº 23.994**, de 13 de Março de 1934. Aprova o Regulamento da Escola Militar.
- BRASIL, **DECRETO Nº 192**, de 20 de junho de 1935. Suspende a execução do regulamento aprovado pelo decreto n.º 23.994, de 13 de março de 1934.

Referentes ao Colégio Militar

- **Decreto nº 20.109, de 15 de junho 1931**. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das Escolas de Enfermagem.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939**. Dispõe sobre o Serviço Militar.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.500, de 23 de julho de 1946**. Lei de Serviço Militar.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946**. Aprova o Estatuto dos Militares

Referente ao Ensino Militar

- BRASIL, **DECRETO Nº 5.632**, de 31 de Dezembro de 1928. Dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências.

Referente a reformas militares

- **Decreto nº 20.109, de 15 de junho 1931**. Regula o exercício da enfermagem no Brasil e fixa as condições para a equiparação das Escolas de Enfermagem.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.187, de 4 de abril de 1939**. Dispõe sobre o Serviço Militar.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

- **BRASIL. Decreto-Lei nº 9.500, de 23 de julho de 1946.** Lei de Serviço Militar.
- **BRASIL. Decreto-Lei nº 9.698, de 2 de setembro de 1946.** Aprova o Estatuto dos Militares.

Segundo Fernando Rodrigues, as reformas no ensino militar atendiam uma necessidade cientificista de modernização existente no período, principalmente as dificuldades encontradas no Contestado, na Revolução Federalista, nas Revoltas da Armadas e na verdadeira guerra civil que foi a Revolução Constitucionalista de 1932.

Devido às novas demandas, durante os anos de 1905 até 1946, ocorreram nove reformas dos Regulamentos dos Institutos Militares de Ensino Superior “com o claro objetivo de acompanhar a evolução do ensino em relação à formação profissional dos futuros oficiais do Exército.” (RODRIGUES, 2010, p.7)

No estudo sobre a concepção de uma nova elite militar, Rodrigues demarcou como reflexo das medidas autoritaristas, intervencionistas e ideológicas do regime do Estado Novo a adoção de “ideais racistas, antisemitas, com padrões de discriminação na formação das elites brasileiras.” (RODRIGUES, 2010, p.9).

O período que demarca esta segregação concursal ao oficialato da Forças Armadas é a Revolução de 1930, principalmente a partir do Estado Novo. Na Escola Militar do Realengo, foi implantado um sistema de recrutamento de oficiais de caráter excludente. Pois visava impedir o acesso de indivíduos considerados “inadequados” ou não pertencentes as boas “castas” da sociedade Brasileira, ou seja, indivíduos oriundos das classes mais humildes ou que tenham participado de manifestações político-partidárias.

O grande implementador deste modelo segregador foi o então Coronel José Pessoa, que esteve à frente da Escola do Realengo, no período de 1931 a 1934. Militar com experiência no campo de batalha na 1ª Guerra Mundial e introdutor dos Blindados no Brasil por volta de 1921. Durante os antecedentes da Revolução de 30, ingressou no Estado Maior da Escola Militar do Realengo e se tornou participante ativo do Movimento Revolucionário, recebendo como um desses fatores o comando da Escola Militar. Foi o principal idealizador da transferência da mesma para Resende e presidiu a Comissão que realizou os reconhecimentos e estudos técnicos para escolha da nova capital federal em 1954, durante o governo de Café Filho.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dentre as mudanças do Regulamento da Escola militar durante o seu comando foi a instituição, após o processo seletivo, de uma entrevista com participação direta do diretor da Escola Militar, onde eram investigados os antecedentes e predicados pessoais que o recomendassem à Escola e ao Corpo de Oficiais de que mais tarde faria parte. Um atestado contendo indicações, por atores sociais influentes, de sua “boa” origem familiar e ilibada reputação, ter frequentado os estudos secundários em instituições reconhecidas ou dos Colégios Militares. Para tanto, o juízo desfavorável do comandante seria expresso pelo despacho no requerimento – Arquite-se – sendo que o despacho era rigorosamente reservado e não caberia recurso do candidato contra o parecer desfavorável.

Com a decretação do Estado Novo, a ala militar do movimento, encabeçada pelo General Dutra e Góis Monteiro, confecciona uma série de portarias com postura disciplinadora e excludente, em especial aos não-cristãos e afrodescendentes, justificado pela postura discriminatória do regime, amparados no cientificismo ou no darwinismo social dos regimes totalitários que tentam enquadrar os perfis dentro de um “cidadão ideal” para esses governos autoritários, um postura atrelada aos modelos durkheimianos de idealização dos sujeitos sociais.

Sobre o conceito de elite, entende-se como a teoria de uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. Segundo Norberto Bobbio, a teoria das Elites nasceu e se desenvolveu a partir do estudo das Elites políticas, e ela pode ser redefinida como a teoria, segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito grupo de pessoas: o poder de tomar e de impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à força, em última instância.

A formulação clássica desta teoria foi de Gaetano Mosca nos *Elementi di scienza política* (1896), considerado o precursor da teoria das Elites, segundo a qual, a organização é um instrumento para a formação da elite. A grandeza do termo Elite remonta a Pareto, que alguns anos depois, por influência de Mosca enunciou, na introdução aos *Systèmes socialistes* (1902), a tese que em toda sociedade há uma classe superior que detém, geralmente, o poder político e o poder econômico, a qual se deu o nome de aristocracia ou Elite.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Trabalharemos como o conceito utilizado por Rodrigues: a articulação do pensamento político de formação de uma elite militar, no contexto histórico do Exército Brasileiro, durante o Estado Novo, “contribui para a compreensão da formação social brasileira (...) e a cultura corporativa dentro do Exército” (RODRIGUES, 2010:9).

Uma das obras que discutimos à formação do oficial do Exército brasileiro, no período do nosso trabalho foi o livro *Forças Armadas e Políticas, 1930-1945*, de José Murilo de Carvalho, que analisa a participação do Exército Brasileiro na política, no período em que Getúlio Vargas esteve presente no cenário do poder nacional como presidente do governo provisório, após o golpe de 1930, até se tornar chefe de um regime autoritário que só retornaria à rota de uma democracia liberal, em 1945.

Com relação à organização da força, José Murilo de Carvalho discute a questão do material, dos efetivos e da mobilização de pessoal, e neste último caso, abre nova frente à discussão ao tratar das relações com a sociedade, seja pelo fluxo de entrada (recrutamento), seja pelo de saída de pessoal do Exército para a sociedade. Discute também a origem social dos oficiais e das praças².

O republicanista Carvalho chama atenção para o período do Hermismo, o retorno à cadeira de presidente da República de uma militar pelo voto, neste contexto temos a efetivação da Lei do serviço militar obrigatório, apoiado na propaganda de Olavo Bilac (1916), poeta Parnasianista, filho de militar e ex-aluno do Colégio Militar, que podemos marcar como ponto nevrálgico da modernização das Forças Armadas e sua popularização no seio da classe média e da elite. Haja Vista, que temos o surgimento da figura do Soldado-Cidadão, apoiados em forte campanha dos Jovens Turcos, grupo de oficiais que estagiaram no Exército Alemão, entre os anos de 1906 a 1912, foram instrutores da Escola Militar do Realengo, na chamada Missão Indígena, estes se contrapunham a presença dos oficiais Franceses da Missão Militar daquele país amigo, e foram os criadores da Revista Defesa Nacional (1919-1923), que era uma defensora da modernização das Forças Armadas e propagandista junto à sociedade civil do Poder Militar durante a República Velha. (CARVALHO, 1977, p. 209).

² Graduação na hierarquia militar, conferidos às praças das Forças Armadas, exemplo os sargentos, pela autoridade militar competente. BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos militares**, §3º, Art. 16.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Deu-se especial atenção ao recrutamento dos oficiais, a partir do seu ingresso nas escolas militares. Carvalho cita o caso em que o general Góes Monteiro reclama, junto ao Congresso Nacional, que a Escola Militar atraía mais alunos pobres motivados por questões econômicas do que pela vocação das armas, simbolizando, com esse discurso, uma preocupação com a formação de uma elite militar, que buscava “bons homens” da “boa sociedade”.

Carvalho demarca:

Às instruções para o concurso à Escola Militar do ano de 1942 exigiam como condição para aprovação dos candidatos, além da sua capacidade física e intelectual que às condições de ambiente social e doméstico (nacionalidade, religião, orientação política e origem, inclusive dos pais, e condições morais de ambiente de família) não colidissem com as obrigações e deveres impostos aos que se destinam à carreira das armas (...) As mesmas exigências foram feitas para matrículas no Colégio Militar e nas Escolas Preparatórias de Cadetes. (CARVALHO, 1983, p. 80)

Sobre como deveria ser a seleção dos candidatos à Escola Militar, no livro *Memória de um soldado*, de Nelson Sodré descreve existir que uma seleção minuciosa com certos critérios excludentes:

...o comando deveria tomar severas, rigorosas e sigilosas medidas para que os candidatos (...) tivessem suas vidas minuciosamente examinadas. Não somente as suas, também a de seus pais. Era proibida a inscri o de pessoas de cor, negros ou mulatos; de filhos de estrangeiros; de filhos de pais que exercessem atividades humildes, artesanais ou proletárias; de candidatos pertencentes a famílias cuja orienta o política inspirasse suspeitas; de judeus; de filhos de casais desquitados, desajeitados ou cuja conduta, particularmente do membro feminino, discrepasse das normas morais; de não católicos. (SODRE, 1967, p.183).

Fernando Rodrigues: buscou compreender quais modelos de organiza o a Escola Militar adotou no processo de sele o e de forma o do quadro de Oficiais, ou seja, analisou a sele o excludente aos candidatos que não atendessem a certos pré-requisitos, que foram estabelecidos pelo General Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, para selecionar o novo quadro de futuros oficiais: Conforme observado em nota secreta, de 22 de janeiro de 1941, do ministro ao comandante da Escola Militar, ficaram estabelecidos como condi es fundamentais aos candidatos das Escolas de Forma o de Oficiais do Exército os seguintes critérios: “ser brasileiro nato e filho legítimo de brasileiros também natos; pertencer   família organizada e de bom conceito; ser física e mentalmente sadio; não ser de cor; não ser – nem seus pais – judeu maometano ou ateu confesso” (BRASIL, 1941).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Entende-se assim, conforme Rodrigues que as fontes de seleção da Escola Militar para a preparação de uma nova elite militar eram:

os Colégios Militares (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza), os Institutos secundários de ensino oficial ou oficializado, cujos exames eram válidos nas outras escolas de ensino superior do país; e os Corpos de tropa (praças do serviço ativo), sendo que metades das vagas eram reservadas para o concurso de admissão aberto aos civis. (...) e pretendia favorecer o ingresso dos melhores elementos da sociedade brasileira. (RODRIGUES, 2005, p.125)

É importante frisar que, de acordo com o artigo número 300 do decreto número 3.809 de 13 de março de 1939, o aluno do Colégio Militar com plenas notas em todas as matérias (Instrução Geral e Prática), tendo um ótimo comportamento e conceito favorável, uma vez aprovado nos exames de admissão à Escola Militar, deveria ter preferência à matrícula sobre os demais candidatos.

Nos decretos supracitados referentes aos Colégios Militares, alguns pontos que nos chamam atenção: Os dois principais objetivos dos Colégios Militares seriam recepcionar os filhos de militares órfãos da Guerra do Paraguai e em serviços prestados às Forças Armadas e locais de ensino secundário e preparatório aos estudos superiores, em especial na Escola Militar do Realengo e para a Escola Naval; Os filhos da elite civil que requeriam acesso aos Colégios Militares deveriam indenizar os cofres públicos e o valor não era pequeno, um Conto de réis anual; Com o progressivo aumento dos efetivos, os que não fossem órfãos e os maiores de 16 anos passam a situação de externato. Lembrando que este procedimento foi extremamente salutar aos alunos, tendo em vista que o regime de internato desde a tenra infância faz aflorar uma hipermasculidade nos indivíduos e já existem estudos que sobre o homossexualismo durante o castro nos navios e nos regimes de internato. (D'ARAÚJO et al, 2004, p. 289).

Uma das modernizações e adequações do ensino militar foi a transformação do Colégio Militar de Barbacena em Escola Preparatória de Cadetes do Ar, quando da criação do Ministério da Aeronáutica em 1941.

As provas tinham duração de 4 horas e, em alguns casos, eram orais, a chamada sabatina realizada pelos lentes sobre os alunos avaliados, principalmente as de recuperação e os estudos obrigatórios. Os estudos das línguas estrangeiras se limitavam a tradução de textos e pouca conversação. O estudo do Latim persistiu

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apenas aos voluntários e enquanto ainda existiam professores com esta especialidade no Corpo Docente até meados da década de 40.

Uma característica que existia nos Colégios Militares, e ainda persiste nas Escolas Milites e o “famoso” Zero contagiante. Quando algum aluno tirava zero em uma avaliação, esta referida nota contagiava todas as notas da disciplina. Nas Escolas militares, atualmente isso ocorre nas avaliações físicas, exemplo se um aluno tira zero na execução de flexão de braço, a nota zero contagia todas as demais avaliações físicas. Os estudos eram secundaristas, mas o aluno do Colégio Militar saía com o título de Agrimensor. Uma grande preocupação era possuir titulação e ser chamado de doutor.

As sucessivas alterações e renovações nos Regulamentos e Decretos sobre as Escolas Militares e os colégios militara, ou seja, o ensino militar como todo, dentro na estrutura de defesa nacional. Isto perpassando todos os vetores modernizantes: pessoal, construção de novas escolas de formação, criação e extinção de unidades, teve seu pontapé com os “jovens turcos” e se espalhou por todo o Exército com a reformulação da Estrutura Organizacional implementada pela Missão Militar Francesa (MMF), a partir dos anos 20. Desde o recrutamento de pessoal, em particular os oficiais, disseminadores da doutrina e dos procedimentos e técnicas novas nas Forças Armadas. Toda a atualização do ensino militar, levou ao aperfeiçoamento do comando e controle do e da criação de novos procedimentos da lida diária da caserna, exemplificados pelos dois manuais principais: o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG).

Por tudo isso, as mudanças curriculares no ensino militar, principalmente entre os anos de 1930 a 1945, tinham como bojo a execução de ações políticas de modulação da mocidade militar, em particular no Exército brasileiro, em total sintonia com os interesses das nossas lideranças em forjar uma “nova” sociedade brasileira. Entendemos que foram apresentado as principais inovações das diversas propostas de reformulação do ensino militar em consonância com o vetor modernizador do Exército brasileiro no transcurso da Era Vargas.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Teoria das Elites**. In: Dicionário de Política / N. Bobbio, N. Matteuci e G. Pasquino; tradução Carmem C. Varriale... [et. Al.]; coordenação a tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro P. Cascais. 5ª ed. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Acervo da Escola Militar. **Nota Secreta**, de 22 de janeiro de 1941, do Ministro da Guerra ao Comandante da Escola Militar.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o **Estatuto dos militares**.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, Papyrus, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política, 1930-1945**. In: CARVALHO, J. M. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: **O poder desestabilizador**. In Boris Fausto (org.), História Geral da Civilização Brasileira, t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1977.

D'ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs). **Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas Brasileiras (1860-1930)**. In: CASTRO, C.; IZECKSOHN, V.; KRAAY, H. (Orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HOBBS, Thomas de Malmesbury, **Leviatã**. Os Pensadores. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**; tradução de. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil. (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.P.139

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MILIBAND, Ralph. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo, uma Filosofia da República**. BSB Ed do Senado, 2001.